

CIT CORREIOS  
 CN 15  
 (exclui C 33CP 18)

**DEVOLVIDO AO REMETENTE**  
**RETOUR À L'ENVOYEUR**

<input type="checkbox"/> RECUSADO	REFUSE
<input type="checkbox"/> NÃO RECLAMADO	NON RECLAME
<input type="checkbox"/> AUSENTE	PARTI
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	INCONNU
<input type="checkbox"/> FALECIDO	DÉCÉDÉ
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	ADRESSE INSUFFISANTE
<input checked="" type="checkbox"/> ENCERRADO	FERME
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INEXISTENTE	ADRESSE INEXISTANTE
<input type="checkbox"/> NÃO É PORTUGAL	CELY PAS PORTUGAL

O Responsável

521.01.1491

# SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • € 0,75 • Ano XII • Setembro/Outubro 2003 • Nº 54

## EDITORIAL

### O nosso futuro exige atitudes

Houve algum dia que disse: Se querem ver o povo feliz dêem-lhe festa e fogo de artifício. Pois bem, não foi por acaso que esta expressão surgiu e não é por acaso que há quem a tente aplicar. A festa hoje pode ter contornos vários. Desde ficar na fotografia ao lado de..., até aparecer na TV. O fogo de artifício também pode ter expressões várias, como seja o mediatizar muito um assunto ou ir dando resposta ao secundário (com muita mediatização, ou seja, com muito "fogo de artifício"), deixando o principal na gaveta.

É assim que andamos. Deixámos anos de Governos onde, além de erradas opções era notória a falta de sensibilidade para o tratamento das questões das FFAA (Governo de Cavaco e de Guterres) e temos agora um Governo de festa e fogo de artifício, com opções erradas.

Leiam-se as **Grandes Opções do Governo para 2004** e, se estivermos a mentir, digam-nos.

Desafiamos os sargentos a encontrar nas Grandes Opções qualquer referência à necessidade de proceder à reanálise do Sistema Retributivo; ao tratamento das questões ligadas com quadros orgânicos, progressão nas carreiras, funções, etc. Até vos desafiamos a mais: **encontrem uma palavra sobre as questões de pessoal.**

E lembrem-se de quem disse, em mais uma aparição mediática (o tal fogo de artifício), que o ano de 2004 era o ano do tratamento das questões de Pessoal?

Chega de palavras e propaganda! E chega de serem sempre os mesmos a aguentar os problemas da crise e das dificuldades. Temos consciência de que existem problemas que têm de ter de todos compreensão. Mas, o que se verifica, é que os anos passam e para os nossos problemas nunca há tempo. Temos de dizer: Basta!

Noutro plano, é bom que meditemos como se conjuga a defesa dos interesses nacionais, como se pratica o consagrado no Conceito Estratégico de Defesa Nacional, com o rumo que continua a ser imprimido de o Estado deixar de ter qualquer controle em sectores estratégicos, como sejam, os transportes, telecomunicações, EDP, energia, etc. E como se conjuga com a perspectiva de a nossa ZEE passar a ser aberta e de igual modo o nosso espaço aéreo. E como se conjuga com a intenção de existir uma lei (a chamada constituição europeia) que, na opinião de alguns, se deve sobrepor à nossa Constituição da República.

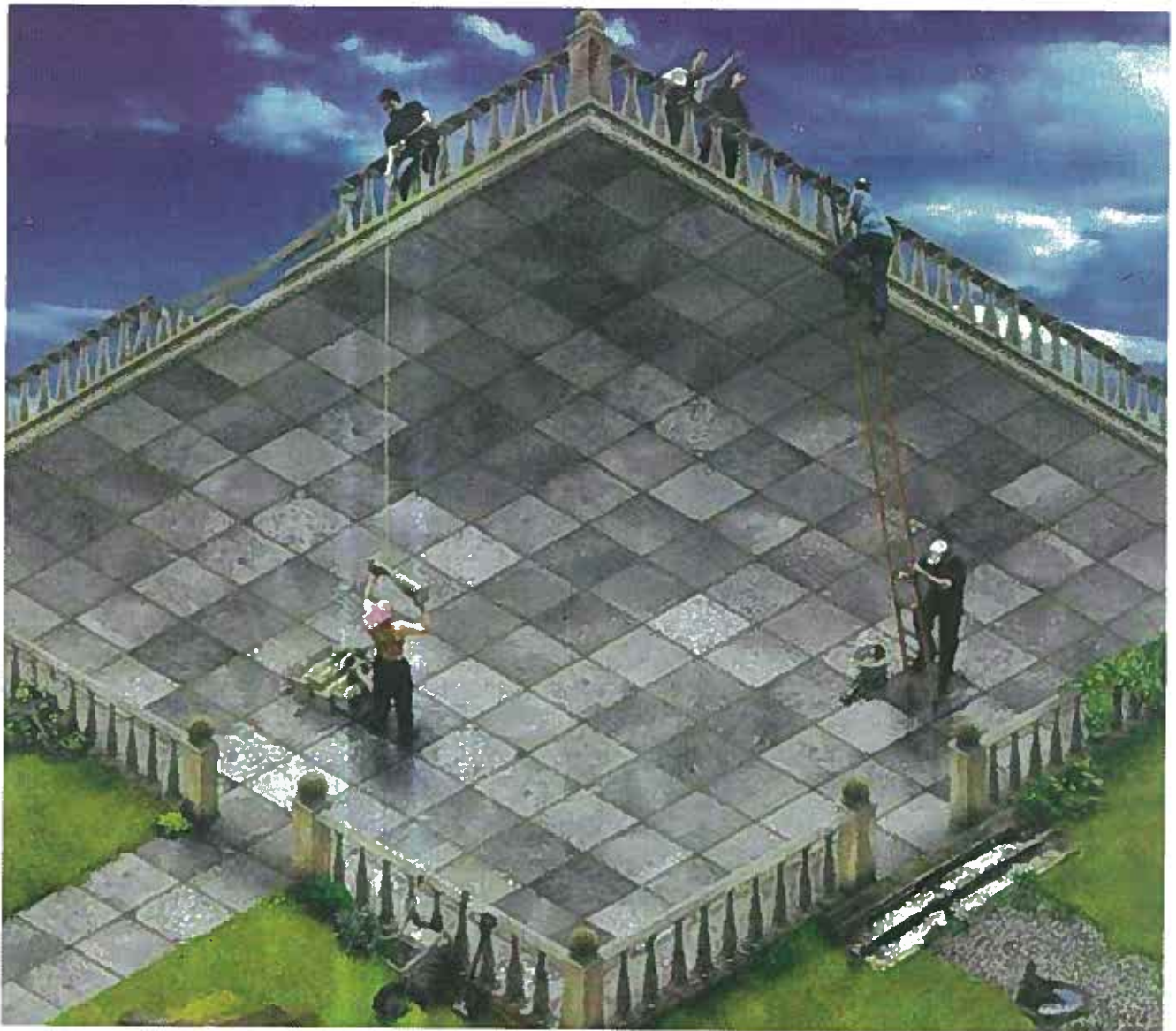
Tudo isto não são assuntos de outros, mas antes assuntos que nos dizem respeito e que mexem com o nosso futuro e o futuro de Portugal.

A União Europeia está a deixar de ser uma União construída na base do consenso e acordo de todos e a transformar-se numa federação construída na base da força de uns relativamente a outros. E como se conjuga isto com o Art. 9.º do EMFAR. Deixamos estas questões à reflexão e enquanto vamos reflectindo é bom irmos lutando pela defesa dos nossos direitos e legítimas expectativas. ▲

## CARREIRAS DOS SARGENTOS

# PESSOAL = zero

# MATERIAL = ...?



**Alerta sobre as Pensões de Reforma**

Pág. 3

**Novo Código de Justiça aprovado no Parlamento**

Pág. 5

## "APOIAR" inaugurou sede

Decorreu, no passado dia 30 de Setembro, a inauguração da nova sede social da "APOIAR – Associação de Apoio aos ex-Combatentes Vítimas do Stress de Guerra". Esta nova sede, anseio antigo da Apoioar, foi finalmente uma realidade, permitindo a esta associação continuar o trabalho junto do universo de cidadãos que mais dela necessita, com um equipamento mais apetrechado e capaz de se abrir a outras valências.

A cerimónia, a que estiveram presentes bastantes amigos e convidados, foi presidida pelo senhor secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, que usou da palavra para enaltecer a obra tão necessária como meritória e esforçada desta associação, após uma emotiva, e plena de significado, intervenção do presidente da Direcção da Apoioar, Mário Vitorino Gaspar.

A ANS, que esteve representada pelo seu presidente da Direcção, Lima Coelho, deseja a todos os dirigentes, sócios, famílias e amigos da Apoioar as maiores felicidades e sucesso na missão, agora que ocupam um espaço que, coincidência ou talvez não, se situa num bairro de belo nome: o Bairro da Liberdade! ▲

## Os CTT e as anomalias na distribuição de "o Sargento"

Como estamos recordados, o número 52 do jornal "O Sargento" não chegou a todos os destinatários, como vem sendo hábito há quase doze anos de edição deste estimado órgão informativo de classe.

Alertados por um elevado número de sócios que se queixou de não ter recebido o jornal, e cientes que tudo tinha sido feito, como habitualmente para que tudo se concretizasse na normalidade, não foi difícil concluir que teria havido uma anomalia na distribuição do mesmo, pois os documentos de entrega nos CTT eram bem claros. Assim, em 11 de Junho, decidiu a Direcção da ANS enviar um ofício para a Direcção Comercial dos CTT, reclamando desta situação. Em 10 de Setembro foi recebido na sede social da ANS um ofício de resposta, procedente da Direcção de Qualidade e Desenvolvimento/Gestão de Reclamações, dos CTT que passamos parcialmente a transcrever:

*"Exmos Senhores*

*A comunicação enviada por V.Ex.ª sobre atrasos na entrega de correio, mereceu por parte destes serviços a melhor atenção.*

*Na sequência das averiguações desencadeadas junto dos responsáveis locais, foi possível apurar a existência de alguns estrangulamentos pontuais no escoamento do tráfego postal.*

*Contudo, a qualidade de serviço é prioritária para os CTT – Correios de Portugal, pelo que foram avançadas medidas internas necessárias à prevenção de anomalias desta ou de outra natureza.*

*Certos da melhor compreensão para os nossos esclarecimentos, pedimos desculpa pelo incómodo causado..."*

Acreditamos que a dificuldade foi ultrapassada e que o jornal "O Sargento" continuará a levar tão longe quanto possível a mensagem aos Sargentos de Portugal e aos portugueses em geral. Porém, mantemos algumas preocupações, pois não podemos deixar de associar "os estrangulamentos" à vaga de encerramentos de estações e postos dos CTT que a empresa está a efectuar. ▲

INJUSTIÇAS CAUSADAS PELA APLICAÇÃO DO ART. 190.º DO EMFAR, CONJUGADO COM O ART. 155.º, QUE OBRIGA À PASSAGEM COMPULSIVA À SITUAÇÃO DE RESERVA DOS SAJ E SCH

## Audiência com o Secretário de Estado da Defesa

Como é do conhecimento de todos os camaradas, a ANS tem vindo a realizar negociações com o MDN no sentido de anular as injustiças causadas pela aplicação do art. 190.º do EMFAR, conjugado com o art. 155.º, que obriga à passagem compulsiva à situação de reserva dos SAJ e SCH que sejam ultrapassados na promoção ao posto seguinte durante 4 e 3 anos, respectivamente. Esta legislação começará a ter efeitos no fim do corrente ano, caso nenhuma medida venha a ser tomada por parte do MDN, a qual poderá ter particular impacto no Exército, onde as ultrapassagens na promoção se chegaram a verificar às centenas.

Nesse sentido, no dia 8 de Julho, tivemos mais uma reunião no MDN com o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes – SEDAC - onde estiveram igualmente presentes o seu Chefe de Gabinete e o Director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.

Da parte do MDN fomos confrontados com a irredutibilidade em alterar o art. 190.º uma vez que, lamentavelmente, este artigo é considerado como uma medida boa, geradora de fluxo de carreira, facto com o qual não concordamos pois entendemos que as vagas devem ser geradas pelas saídas "por cima" e não pelo afastamento das pessoas, a meio da sua carreira, especialmente quando se trata de militares com avaliações elevadas e diversas condecorações e louvores.

Apesar de tudo, da parte do SEDAC foi mostrada

abertura para serem colmatadas as situações de injustiça provocadas pelo anterior RAMME (Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares do Exército), relativamente às implicações de passagem à reserva, uma vez que com o actual RAMME, alterado o ano passado, não se verificam ultrapassagens em tão elevado número, como anteriormente se verificava.

### Proposta

Perante tais factos, decidimos então avançar com a proposta de que, através da criação de uma medida administrativa, se considerassem nulas as notificações até à data efectuadas aos militares que foram ultrapassados, recomeçando-se do zero a contagem do número de ultrapassagem a partir de Janeiro de 2004, para efeitos da aplicação do art. 190.º, proposta esta que foi considerada e em relação à qual irão ser avaliadas em detalhe as suas implicações, nomeadamente através da consulta aos chefes dos Ramos.

Nesta audiência fomos ainda informados de que a legislação relativa à aplicação do regime de férias da Função Pública aos militares das Forças Armadas e ao direito às ADM para cônjuges dos militares que vivem em união de facto, estava agendada para Conselho de Ministros (actualmente, a primeira questão já foi aprovada e publicada em Diário da República, aguardando-se notícias quanto à segunda). ▲

### ALERTA ESTÁ!

## Concessão de reduções tarifárias no transporte ferroviário

A ANS teve conhecimento de um documento que circula nos meios militares e que vem retirar, ainda mais, direitos sociais aos militares das Forças Armadas, nomeadamente nos preços dos bilhetes dos transportes ferroviários.

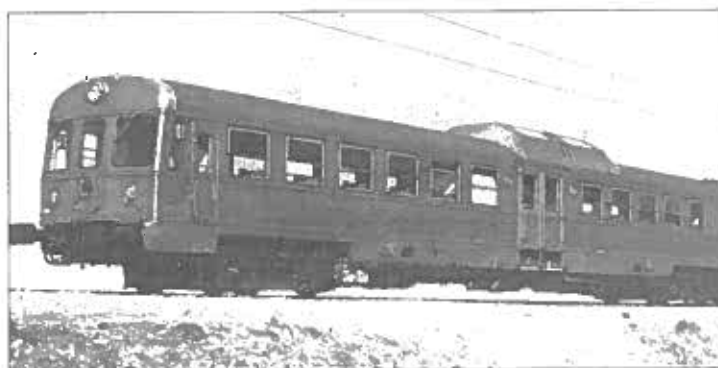
É pois com um misto de surpresa, preocupação e indignação que fazemos este alerta aos nossos camaradas sargentos e militares em geral.

Indignação porque, para além da afronta que é feita aos militares, retirar um dos únicos benefícios que ainda dispõem para compensar financeiramente o afastamento da sua residência (os militares não têm culpa que o poder político tenha extinguido unidades militares), sucede num mo-

mento em que, particularmente os Sargentos se vêem confrontados com uma situação em que os problemas de carreira e outros não vêem solução satisfatória.

Esta medida vem juntar-se a outras, umas resultado de privatizações, outras de carácter economicista, género "quem quer saúde paga-a". Tal como os CTT e a EDP, a CP/REFER também está a ser privatizada. Na preparação do terreno para a entrega a privados, está a acabar com benefícios, tal como aconteceu nos transportes públicos rodoviários, onde os privados querem também acabar com os passes sociais e liberalizar os preços dos bilhetes.

Alerta, pois! ▲



## PENSÕES DE PREÇO DE SANGUE

Assuntos sérios querem decisões céleres!

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20NOV, surgiram algumas dúvidas por parte da CGA quanto à eventual aplicação aos militares do regime consagrado naquele diploma, nomeadamente quanto ao pagamento da pensão por morte, prevista no n.º 1 do art.º 34.º, em substituição do pagamento da pensão de preço de sangue, prevista no Decreto-Lei n.º 466/99, de 06NOV.

Qualquer interpretação que afaste, no actual quadro normativo, o direito dos militares à pensão de preço de sangue, estaria em contradição com o disposto na alínea i) do art.º 2.º e no n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 11/89, de 01JUN, respeitante às Bases Gerais da Condição Militar (cujas alterações, após a revisão constitucional de 1989, têm que ser aprovadas por lei orgânica, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), 166.º, n.º 2 e 112.º, n.º 3, todos da Constituição da República Portuguesa.

É facto que viúvas de militares falecidos, há mais de ano e meio, em acidente de aeronave, continuam a aguardar por uma decisão da CGA, pese embora posição publicamente assumida pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

Não basta a dor da perda dos entes queridos?

Haja moral... e não se lembrem de, novamente, e como aconteceu com o complemento de pensão (situação que se arrasta desde 2000), vir a pedir parecer à Procuradoria-Geral da República.

Exige-se, pois, uma nova moralidade: o dever de respeitar a vida e a honra. ▲



ESTAMOS NO ÚLTIMO TRIMESTRE DO ANO E, DE CONCRETO QUANTO ÀS CARREIRAS... NADA!

## Atentos e disponíveis

Passada a época estival estamos de regresso para uma realidade que afinal, e nas questões mais essenciais, continua tristemente igual, apesar das expectativas criadas pela tutela – fez exactamente um ano no dia 25 de Agosto que nos foi afirmado pelo Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional que o ano de 2003 seria, também para ele, um ano dedicado a resolver as questões das carreiras dos militares. Estamos no último trimestre do ano e, de concreto quanto às carreiras... nada!

Em meados de Agosto, nas comemorações do Dia da Infantaria e da Escola Prática de Infantaria, em Mafra, ouvimos o Sr. Primeiro Ministro afirmar que o investimento nas Forças Armadas tem carácter prioritário. "A modernização do País não se faz sem a modernização das Forças Armadas (...). O rigor e a contenção orçamental não pode fazer-nos esquecer esse objectivo (...). O Governo está disposto a um esforço adicional para que as Forças Armadas possam cumprir as suas missões com eficácia e contribuir activamente para projectar Portugal no século XXI".

Entretanto, e na sequência da assinatura tantas vezes publicitada para a construção de patrulhões, do interminável dossier dos submarinos, do infundável tema dos helicópteros ligeiros para o Exército, da possível substituição da espingarda G-3, da anunciada remodelação de aeronaves em fim de tempo de vida útil, da aquisição de helicópteros pesados para a Força Aérea, da eventual aquisição de fragatas usadas, é também anunciada, por duas vezes, a abertura de concurso para aquisição de mais de três centenas de viaturas blindadas. Finalmente, e mais recentemente, é título de primeira página em quase toda a imprensa nacional a disponibilização de 13 milhões de euros para obras em algumas instalações do Exército, "com vista a criar melhores condições de conforto para o alojamento dos militares voluntários e contratados que será necessário atrair

para as fileiras após o final do serviço militar obrigatório em 2004", sendo a Academia Militar um dos principais beneficiados deste investimento, deixando-se inexplicavelmente de fora a Escola de Sargentos do Exército, para já não falar na situação da formação de Sargentos nos outros ramos, que curiosamente continua a ser o parente pobre de toda esta operação mediática que dá a ideia que apenas os contratados e os militares oriundos das academias são merecedores de todos estes cuidados e desvelos (ler notícia na pág.4).

Inevitavelmente teremos de questionar:

● *A modernização das Forças Armadas faz-se sem o que de mais importante existe em qualquer organização, que é a sua massa humana?*

● *O cumprimento das missões com eficácia e o contributo para projectar Portugal no Século XXI faz-se sem os homens e mulheres que com denodo têm servido nas Forças Armadas?*

● *A modernização, reestruturação e reequipamento das Forças Armadas diz apenas respeito aos meios técnicos e materiais?*

● *A criação de melhores condições de trabalho e habitabilidade não é um requisito essencial para todos os militares, sejam eles do Quadro Permanente ou do Regime de Contrato e Voluntariado, que eficaz e orgulhosamente vêm assegurando o cumprimento da missão? Então porquê esta continuada e demagógica ideia que se quer fazer passar de que tudo acontece em função da profissionalização, como se os que sempre cá estiveram não fossem já profissionais?*

● *De que nos vale ter os mais sofisticados meios e equipamentos se não tivermos a massa humana que os deve operar devidamente motivada?*

Infelizmente esta é a dura realidade! No meio de tantos projectos e promessas de aquisição e modernização de equipamentos e infra-estruturas, nem uma palavra coube para aquela que é a essência de qualquer organização que se preze: a

componente humana!

Entretanto, e porque a justiça manda que se fale verdade, foi recentemente publicado o Dec.-lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, que altera o DL 236/99, de 25 de Junho (EM-FAR), ao fim de quase três anos de insistente reivindicação junto da tutela, e que culminou com uma queixa da ANS na Provedoria de Justiça, para que também aos militares fossem aplicadas, em matéria de férias, as disposições previstas no regime geral da função pública, para que se praticasse o princípio da igualdade e não se incorresse em inconstitucionalidade. Ao fim de três anos, e numa matéria que não tem quaisquer custos em termos de orçamento, foi finalmente reconhecida a pertinência das nossas reivindicações.

Pela continuada omissão de resoluções para a problemática da carreira dos militares, e particularmente dos militares sargentos, por um lado, e pelo alcançar de mais esta vitória em termos de tratamento igual entre cidadãos, por outro, somos inevitavelmente levados a concluir que teremos de batalhar, como sempre, para vermos as nossas legítimas aspirações merecerem a atenção necessária.

É assim a confirmação do que afirmamos quando repetidamente dizemos que quem luta pode não vencer, mas quem não luta já perdeu!

Sinais de mal-estar e insatisfação chegam-nos das mais diversas formas! Este é o campo propício para o aparecimento de boatos contendo soluções rápidas e milagrosas, que se encaixam perfeitamente na medida dos nossos anseios.

É necessário estarmos atentos e disponíveis!

Atentos para não nos deixarmos enrolar em cantos de sereia!

Disponíveis para encontrar caminhos que nos levem a alcançar os nossos objectivos, com firmeza, lealdade e orgulhosos da nossa condição de Sargentos de Portugal! ▲

## Alerta sobre as Pensões de Reforma!

Na sequência da jornada nacional de reflexão que os Sargentos levaram a efeito, no pretérito dia 6 de Novembro de 2002, e de diligências efectuadas junto da Presidência da República, veio o **Tribunal Constitucional a declarar inconstitucional a matéria referente às pensões de reforma, dando razão às dúvidas por nós levantadas** e que originaram as movimentações acima referidas.

Estranha-se o atraso da publicação em Diário da República do Acórdão do Tribunal Constitucional, o que obriga os ramos a continuar a prática anterior. Pode ler-se no verso de um boletim de vencimento de um militar da Armada:

*"Os montantes de pensão de reforma/aposentação a pagar aos militares, militarizados e civis da marinha que se encontram na situação de aguardar reforma/aposentação e transitaram para essa situação após 1 de Janeiro de 2003, foram calculadas, no presente mês, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação), na redacção dada pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro".*

Esta forma de cálculo representa uma perda de montante da pensão para o militar pelo que, após a publicação em Diário da República do referido acórdão, urge recalcular as devidas pensões destes militares.

Também na fase transitória de passagem de situação de reserva para a situação de reforma dos seus militares, os ramos são claramente penalizados, vendo-se na obrigação de desviar verbas, que seguramente faltarão noutros sectores de actividade, para cumprir uma obrigação que não é primariamente sua, eximindo-se escandalosamente a CGA da sua verdadeira obrigação e responsabilidade. Julgamos que existe um Despacho do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes para o MEDN, datado de Outubro de 2002, denunciando esta dificuldade acrescida para os ramos, mas não temos conhecimento de qualquer resposta ou acção correctiva.

Apelamos aos nossos camaradas, de todos os ramos, que nos façam chegar informações sobre este tipo de situações, pois os montantes da pensão de reforma deverão ser recalculados, de acordo com a decisão do Tribunal Constitucional.

Devemos estar vigilantes na defesa dos nossos direitos pois, como sabemos, estão severamente ameaçados sendo, entre outros, exemplo bem representativo, a escandalosa situação relativa ao pagamento das comparticipações da ADME, onde há casos que ultrapassam já um ano de atraso.

Atentos e disponíveis, porque a defesa dos nossos interesses assim o exige! ▲

## OPINIÃO dos civis

MINISTRO DÁ LUZ VERDE A OBRAS DE RENOVAÇÃO DE SETE QUARTÉIS, A MAIORIA EM LISBOA

# Paulo Portas esquece Escola de Sargentos do Exército

"Militares não são só os que saem das academias militares", critica a Associação Nacional de Sargentos

TERESA DE OLIVEIRA MARTINS

Os militares das Forças Armadas deixarão, em breve, de dividir as camaratas com 24 camaradas e de partilhar a casa de banho com centenas de homens.

Casernas mais modernas, com quartos para apenas quatro elementos, casas de banho para dois, aquecimento central e rede informática é a promessa do ministro de Estado e da Defesa Nacional, Paulo Portas, que aprovou várias obras referentes a construções e reparações em infra-estruturas do Exército Português.

A luz verde da aposta do novo chefe do Estado-Maior do Exército, general Valença Pinto, foi dada: "O despacho do Governo e o Plano de Obras do Exército viabilizam a remodelação de sete quartéis e a construção de novos edifícios na Academia Militar". No entanto, vozes de discórdia já se ouvem.

"A Escola de Sargentos do Exército continua esquecida", lamentou o presidente da Associação Nacional de Sargentos (ANS). Lima Coelho referiu à Capital o descontentamento face às escolhas dos locais a efectuar as obras: "A casa mãe da formação dos sargentos espera obras há largos anos. Está envelhecida, precisa de ser modernizada!"

Valorizar o património do Exército e melhorar as condições de alojamento dos praças em regime de voluntariado e de contrato é, segundo o Governo, a prioridade do novo plano. Obras estas que estão já avaliadas, de acordo com informação do Ministério da Defesa, em cerca de 13 milhões de euros.

**OBRAS.** A Escola Militar de Electromecânica, em Oeiras, a Escola Prática de Engenharia, em Vila Nova da Barquinha, o Regimento de Infantaria, na Serra da Carregueira, em Sintra, o Comando de Instrução da Amadora e a Academia Militar, na Amadora, são alguns dos locais onde se efectuarão as obras de rejuvenescimento.

Apesar de a grande obra se verificar na Grande Lisboa, os profissionais dos três ramos das Forças Armadas usufruirão ainda da reestruturação em quartéis de Chaves, Braga e Leiria.

Com o novo plano, que ainda não tem data prevista para conclusão, os militares contarão com casernas novas, blocos de alimentação renovados, novos locais de alojamento e até a construção de um edifício destinado ao aluno. Apostas da Defesa que têm como principal objectivo "incentivar a procura e aumentar o atractivo das instalações para os militares".

Antes de cativar mais voluntários, a Associação Nacional de Sargentos considera necessário apoiar os que já se encontram nas instituições das Forças Armadas. "Os quadros orgânicos e as promoções continuam por tratar. As participações da Saúde estão, em alguns casos, com atrasos de um ano", sublinhou Lima Coelho. ▲

in A CAPITAL, de 29/08/03

## Utentes do CAS - ALFEITE em "pé de guerra"

A direcção do IASFA resolveu aumentar as mensalidades relativas ao Jardim de Infância e ATL no Alfeite de uma forma inacreditável e completamente irracional, como nos classificou um leitor.

Quando os pais em Junho inscreveram os filhos para o ano lectivo 2003/2004, foi-lhes fornecido um folheto, à semelhança do que sucedeu em anos anteriores, com algumas normas relativas ao funcionamento do CAS/Alfeite e que incluíam também os períodos de encerramento do Centro e a fórmula para o cálculo das mensalidades.

Assim, o valor da mensalidade relativo ao ATL seria igual a 11,5% da capitação, com um tecto de 85€

e o valor relativo ao Jardim de Infância seria igual a 15% da capitação, com um tecto de 115€. Foi com base nestes valores que os pais inscreveram os seus filhos.

No dia 15 de Setembro os pais foram surpreendidos com a acta da reunião que determinou o aumento das mensalidades e que altera completamente as regras do jogo: Assim o valor relativo ao ATL passou a ser de 20% sobre a capitação, com um tecto de 125€; o valor relativo ao Jardim de Infância passou a ser de 25% sobre a capitação, com um tecto de 156€.

Estes valores traduzem-se num aumento das mensalidades, que vai de um mínimo de 35% (115 »

156€) a um máximo de 74% (11,5% » 20%), havendo casos que se aproxima dos 180%, com a aplicação de uma nova invenção: a mensalidade mínima.

Segundo nos dizem, esta afronta provocou a indignação geral e os pais têm reunido no recreio, no final da tarde quando vão buscar os filhos, de uma forma espontânea e consequentemente pouco organizada. Destas reuniões resultou a nomeação de um "porta-voz", que foi recebido em audiência pela direcção do IASFA, no dia 2 de Outubro.

No próximo número de "O Sargento" esperamos dar informação sobre os resultados desta audiência. ▲

## Actividade ASSOCIATIVA

Apesar de termos vivido um período em que as férias (merecidamente) têm lugar de destaque, nem por isso a actividade associativa cessou. Houve sempre alguém presente na sede nacional, para além de respondermos a diversas solicitações e convites, como foi também possível realizar algumas deslocações para nos encontrarmos com os nossos delegados, associados e sargentos em geral. É este espírito de entrega à causa associativa, e em particular à causa dos sargentos que nos tem permitido manter acesa a chama da luta, e que nos tem merecido a confiança da classe.

Destacamos alguns aspectos desta actividade associativa:

- ▶ 18 de Junho – almoço e convívio com sargentos do AT1 – Portela, Lisboa, sendo a ANS representada por L. Coelho e C. Santos;
- ▶ 01 de Julho – participação nas actividades comemorativas do aniversário da FAP, a convite do Gen CEMFA. ANS representada por L. Coelho;
- ▶ 01 de Julho – delegação da ANS convidada para almoço e convívio com os Sargentos do RAA1, Queluz. ANS representada por L. Coelho, E. Balsa e J. Nogueira;
- ▶ 03 de Julho – almoço e convívio com sargentos do Centro de Selecção de Lisboa, em Belém. ANS representada por A. Martins e C. Carvalho;
- ▶ 08 de Julho – audiência com SEDAC. Delegação da ANS constituída por L. Coelho, E. Balsa, A. Martins e J. Pereira;
- ▶ 08 de Julho – encontro de Sargentos-Mor da GM de Lisboa, no IASFA, em Oeiras. ANS representada por L. Coelho, E. Balsa, J. Nogueira e F. Freire;
- ▶ 13 de Julho – 17.º aniversário do Clube de Sargentos da Força Aérea. ANS representada por L. Coelho e J. Pereira;
- ▶ 17 de Julho – almoço e convívio com sargentos do DGME, em Alcochete. ANS representada por A. Martins e C. Carvalho;
- ▶ 18 de Julho – entrega de abaixo-assinado e documento de trabalho sobre propostas de alteração ao EMFAR, no gabinete do MEDN. Esta entrega esteve a cargo de L. Coelho e E. Balsa;



- ▶ 22 de Julho – almoço e convívio com sargentos da Escola Militar de Electromecânica. ANS representada por E. Balsa, J. Nogueira e A. Morais;
- ▶ 23 de Julho – audiência com Alm Superintendente do Serviço de Pessoal da Armada, por delegação do CEMA. Delegação da ANS composta por L. Coelho, A. Martins e J. Pereira;
- ▶ 29 de Julho – audiência com Gen CEMFA. Delegação da ANS composta por L. Coelho, A. Martins, E. Balsa e J. Pereira;
- ▶ 01 de Agosto – participação em debate televisivo na NTV, Porto. A delegação da ANS foi constituída por L. Coelho e E. Balsa;
- ▶ 13 de Agosto – audiência com Alm CEMGFA. Delegação da ANS constituída por L. Coelho e E. Balsa;
- ▶ 16 de Agosto – 20.º aniversário do Clube de Praças da Armada. ANS

representada por J. Pereira;

- ▶ 18 de Setembro – assinatura de protocolo entre o Banco Santander e a ANS, no balcão de Alvalade, Lisboa. Presentes neste acto, pela ANS, L. Coelho, E. Balsa e C. Carvalho (ler pág. 10);
  - ▶ 26 e 27 de Setembro – Reunião do Convénio de Évora, em Évora. ANS representada por L. Coelho, E. Balsa e C. Carvalho;
  - ▶ 28 de Setembro – cerimónia de encerramento do Congresso do CDS/PP, no Porto. ANS representada por L. Coelho;
  - ▶ 30 de Setembro – inauguração da nova sede da "APOIAR". ANS representada por L. Coelho.
- No fecho de redacção do jornal, estão igualmente em preparação várias rondas pelos núcleos da ANS a nível nacional. Desta actividade daremos conta em mais pormenor no próximo número. ▲



# RDM FICA PARA SEGUNDAS NÚPCIAS

## Novo Código de Justiça aprovado no Parlamento

Foram aprovados, no pretérito mês de Setembro, na Assembleia da República (AR) os seguintes diplomas:

- Lei que aprova um novo Código de Justiça Militar;
- Lei que aprova o Estatuto dos Juizes Militares e dos assessores militares do Ministério Público;
- Lei que altera a organização e funcionamento dos Tribunais Judiciais.

Contrariamente à posição defendida pela ANS, e ao projecto-lei apresentado pelo grupo parlamentar do PCP, entendeu a maioria PSD/PP não optar pela aprovação de uma Lei de Bases da Justiça Militar. Esta preferência legislativa, se tivesse sido concretizada, podia vir fazer a dicotomia entre o ilícito disciplinar e o ilícito penal. Ora, esta separação era essencial para previamente definir o que é direito penal militar e o que é direito disciplinar.

Em consequência, desta opção por parte da AR, o aparecimento de um novo RDM fica, mais uma vez, adiado "sine die", continuando a vigorar na nossa ordem jurídica o caduco diploma de 1977. Continuamos, pois, a assistir ao silêncio do poder legislativo sobre esta

temática e, infelizmente, às constantes injustiças que presentemente se praticam.

Sobre os projectos agora aprovados podemos dizer que defendemos na AR e, mais propriamente na Comissão de Defesa Nacional, a inclusão de juizes militares nos Tribunais habilitados com a licenciatura em Direito. Numa sociedade cada vez mais exigente em termos de qualificações e especificidades não se compreende que os juizes militares não possuam esta qualificação. Defendemos que se assim não acontecesse estaríamos perante uma subalternização gravíssima do saber técnico-jurídico dos juizes militares face aos juizes civis, e questionamos: "Como fundamentará de Direito um juiz militar? Vai pedir parecer a terceira pessoa?"

O diploma aprovado pelos deputados, em termos normativos, ficou-se por meios compromissos. Agora, neste novo diploma, os juizes militares são nomeados entre militares da categoria de oficiais na situação de reserva (Supremo) ou reserva e activo (1.ª instância) de preferência possuidores da licenciatura em Direito. Esta redacção é bastante mais positiva que a 1.ª versão onde esta



qualificação não se encontrava contemplada. Assim beneficiará, certamente, a aplicação da Justiça.

Também ficou consagrado que as disposições do Código Penal são aplicadas ao Direito Penal Militar, princípio que vínhamos defendendo ao longo destes últimos anos. As restantes normas sofreram significativas alterações mas uma análise mais profunda será feita em tempo oportuno.

Há, porém, uma questão que nos está a preocupar e que é a questão do direito ou não à remuneração do militar condenado. O novo CJM, ao contrário dos projectos que nos foram apresentados, nada diz sobre este assunto. Ora, os direitos fundamentais dos militares estão sujeitos a restrições, impondo-se-lhes

para além disso, atenta a condição militar, um acervo de deveres que não têm paralelo com a generalidade dos restantes servidores do Estado.

Um dos deveres do militar é a permanente disponibilidade para o serviço, ainda que com sacrifício dos interesses pessoais. Em consequência deste dever é difícil ao agregado familiar do militar, nomeadamente ao seu cônjuge, possuir estabilidade no emprego. Se a fonte de receita do agregado familiar é essencialmente a do militar como será se este vier a ser condenado? Fica o seu agregado sem a conseqüente remuneração e sem qualquer meio de sobrevivência?

Urge ao poder legislativo responder concretamente a esta questão. ▲

## GNR NO IRAQUE

# Para risco igual tratamento igual

Já muito se tem falado sobre a presumível ida duma força da GNR para o teatro de guerra do Iraque e muitas críticas e apoios já foram registados em letra de forma pela comunicação social e não só.

A ANS considerou e continua a considerar que o facto, em si, da decisão política sobre a ida desta força para um país que, quer se queira ou não, está a sofrer uma ocupação, é uma responsabilidade política do governo e como tal, independentemente de maior ou menor concordância, não é matéria sobre a qual julgue ser curial pronunciar-se. Reconhece o grau de polémica que envolve esta decisão, mas acha, enquanto associação, ser presentemente mais avisado evitar tecer comentários sobre uma decisão, cuja responsabilidade há-de caber a quem a assumiu.

Todos os factores colaterais a esta decisão, e que têm a ver com o grau de operacionalidade da força e o equipamento posto ou não à sua disposição, bem assim como as condições de risco e segurança que envolvem esta operação, serão, a nosso ver matéria da área das associações profissionais da GNR que terão, no nosso entender, uma palavra, essas sim, sobre toda esta polémica decisão.

Acontece, porém, que uma simples declaração do Senhor Comandante Geral da GNR, publicada na edição do semanário "Expresso" de 6 de Setembro, fez com que a ANS, enquanto associação defensora dos direitos dos militares sargentos, não possa deixar de tecer al-



guns comentários e pôr outras tantas questões, sobre matéria que se cruza indubitavelmente com as condições em que os militares das Forças Armadas servem nas missões de paz e outras, comparativamente àquelas agora, excepcionalmente definidas para os militares da GNR.

Com efeito, a simples atribuição dum único escalão, o mais elevado, de **Suplemento de Missão**, no valor de 2.400 € por mês, a todos os militares integrados nesta força da GNR, leva-nos a questionar qual o critério que leva a tal medida, sabendo-se que aos militares das Forças Armadas, este mesmo suplemento se aplica por escalões hierárquicos, de acordo, aliás, com o que está consignado no diploma que rege tal matéria.

Mais uma vez se põe a dúvida sobre

quem é mais militar do que quem!... Será que os militares, por tradição, das Forças Armadas, vêm perdendo nestes últimos tempos, parte das suas características e do seu estatuto de militares em proveito duma GNR cada vez mais empolada na sua vertente militar, em detrimento da sua principal vocação de força de segurança!?

Terá isto a ver com um especial conceito de fidelização duma força de elite, tipo guarda pretoriana, que por consequência vai absorvendo as missões consideradas mais importantes e ganhando uma confiança especial do aparelho de Estado!?

Estamos em crer que este será um cenário abusivamente imaginário e mesmo dificilmente credível, pelo que aguardamos serena, mas atentamente, que o

MDN tome as medidas necessárias para fazer incidir esta excepcionalidade, também, sobre os militares das Forças Armadas, nomeadamente nas missões do Kosovo e Timor Leste. E isto porque não acreditamos que se possam fazer, arbitrariamente, distinções de risco, de importância e de oportunidade entre umas missões, onde até já morreram militares, e outra que, por via da polémica que a envolve e do aproveitamento político que eventualmente poderá pairar sobre a sua execução, levando inclusivamente a pagar melhor umas que outras!...

Os militares recusam-se a ser pagos à tarefa, a entrarem nas leis de mercado da oferta e da procura e a serem tratados como entidades menores que, por pertencerem àquilo que muitos ainda consideram a "tropa fandanga", sejam discriminados relativamente a pseudo-elites de forças especiais, que por questões meramente políticas, interessa agora promover e projectar como instrumentos de opções polémicas e difíceis de sustentar com o contributo de militares das Forças Armadas.

A ANS aguarda a necessária tomada de posição do Senhor Ministro da Defesa Nacional, no sentido de repor a equidade de compensações no que respeita à atribuição do Suplemento de Missão. Que seja igual para todos, independentemente da patente, concordamos, mas **que este conceito abranja efectivamente todos os militares** e não apenas aqueles que, consoante os interesses, importa agora apaparicar e aliciar com medidas avulsas e desequilibradas. ▲

## 1. CARREIRAS

Como é sabido, a Associação Nacional de Sargentos elegeu 2003 como o "Ano das Carreiras", dando desta forma realce e ênfase a um problema, cuja não resolução, tem vindo a agravar-se ano após ano. Os sucessivos processos de revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) não resolveram o problema das carreiras dos militares, questão que sempre considerámos essencial para a sua motivação. Por estes factos, os objectivos dos últimos memorandos apresentados pela ANS à comissão de Defesa Nacional em Fevereiro de 2000, ao actual Governo em Maio de 2002 e uma petição com 6277 assinaturas (mais tarde reforçada com outras 1790) ao Presidente da Assembleia da República em Março de 2001, visavam provocar uma ampla e séria discussão que conduísse na inevitável, quanto necessária, revisão do EMFAR.

Em Junho de 2002 e em Fevereiro de 2003, após decisões unânimes da Comissão de Defesa Nacional, a Assembleia da República solicita pareceres ao Ministro de Estado e da Defesa Nacional sobre o conteúdo das propostas de alteração ao EMFAR contidas na petição anteriormente apresentada pela ANS. Decorrido todo este tempo, sem que algo de substantivo tenha ocorrido no sentido de se dar início ao processo de discussão e consulta que permita as tão desejadas alterações, decidiu a ANS entregar uma petição ao Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, subscrita por 2736 militares, na circunstância Sargentos dos três ramos das Forças Armadas, a qual foi entregue ao Sr. Chefe de Gabinete do MEDN no dia 18 de Julho.

A esperada progressão de qualquer carreira é, ela própria, o adubo dos sacrifícios que cultivamos ao longo da nossa vida. Não nos resignamos perante o actual quadro de estagnação das nossas carreiras. Por isso, os Sargentos de Portugal, cansados de tanto esperar por soluções justas e não menos necessárias, tocaram a reunir!

## 2. ALTERAÇÕES AO ESTATUTO DE APOSENTAÇÃO

O Governo, aproveitando a Lei do Orçamento de Estado para 2003, introduziu várias alterações ao Estatuto de Aposentação. Na altura, a ANS denunciou o carácter injusto e penalizador dessas alterações, promovendo várias iniciativas, quer junto dos Sargentos em todo o território nacional, quer junto dos Órgãos de Soberania. Destas iniciativas realçamos a jornada de reflexão realizada durante a hora de almoço no dia 6 de Novembro de 2002 que contou com a adesão de mais de 90% dos Sargentos de Portugal, e a audiência que a Casa Militar da Presidência da República nos concedeu, em 12 de Dezembro de 2002, na qual propusemos que o Presidente da República, e após a promulgação do Orçamento de Estado, enviasse ao Tribunal Constitucional as normas que alteravam o Estatuto de Aposentação, para fiscalização da sua constitucionalidade. O Senhor Presidente da República assim entendeu proceder, e no passado dia 16 de Julho, o Tribunal Constitucional declarou as referidas normas inconstitucionais, sustentando essa decisão no facto de o Governo não ter ouvido previamente as organizações representativas dos trabalhadores. A ANS, neste momento de vitória, sente-se orgulhosa do contributo que os Sargentos deram para que fosse este o desenlace desta importante luta na defesa dos direitos e das condições de vida de toda a família militar em geral e dos sargentos em particular. Mais uma vez ficou demonstrado que vale sempre a pena lutar! ▲

# A CARREIRA MILITAR O EMFAR E AS PROMESSAS

Caminhamos a passos largos para o final de 2003... Entrados que somos no seu último quarto, é conflagrador verificar que os problemas com que os militares se deparavam no final da anterior legislatura, no que à ausência de perspectiva de carreira dizia respeito, se mantêm ou, pior ainda, se agravaram.

Apesar da afirmação do MEDN – Ministro de Estado e da Defesa Nacional, perante dirigentes associativos, em 25 de Agosto de 2002, de que também para si o ano de 2003 seria o ano das carreiras dos militares, continua a vigorar o Decreto-Lei 202/93, regulamentador dos quadros orgânicos, que tresanda a caduco, desajustado da realidade, causando que os militares continuem a arrastar-se por tempos demasiadamente longos nos mesmos postos, com toda a carga emocional negativa que esta realidade comporta, com todo o prejuízo objectivo para o desempenho da missão e com todos os riscos potenciais de quebra de disciplina!

É pois paradoxal ouvir o Primeiro Ministro afirmar, em plena comemoração do dia da Infantaria, em Mafra, no dia 14 de Agosto de 2003, que "não há modernização do país sem haver modernização das Forças Armadas (...)"! Talvez esta modernização aludisse à perspectivada promoção de uma quase vintena de oficiais gerais na sequência do último Conselho de Chefes, ou mais recentemente, de mais de uma vintena de coronéis do Exército, por força de uma nomeação de carácter marcadamente político.

**ARAUTOS DAS SOLUÇÕES MILAGROSAS.** É este cenário, este tipo de ambiente que é o mais favorável para o aparecimento de alusões a soluções milagrosas, a boatos apoiados em pequeninas verdades, factor essencial para lhes dar um mínimo de veracidade. É assim que um estudo encomendado a uma qualquer Direcção de serviços ou entidade equivalente, assume foros de decisão definitiva e irreversível, com data e universo de aplicação, inclusivamente! É infelizmente recorrente, este tipo de situações. Sempre que se começa a sentir pairar no ar uma onda de insatisfação, de mal-estar, logo surgem, prestáveis, os arautos das soluções milagrosas, tendo como supostos autores aqueles que de facto as deveriam ter produzido mas que contudo, nada fizeram. E o mais fácil continua a ser empurrar culpas entre a tutela e as chefias militares. Esta técnica, não só distrai as mentes menos avisadas, como visa também desacreditar o trabalho daqueles que seriamente continuam a pugnar por encontrar soluções exequíveis.

E porque informar com verdade e com rigor é também uma das nossas grandes linhas orientadoras, transcrevemos parte de um ofício enviado pelo presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, à Direcção da ANS, em 16 de Julho de 2003, sobre a petição assinada por 6277 cidadãos em apoio a uma proposta de alteração ao EMFAR entregue no gabinete do Presidente da Assembleia da República, em 22 de Março de 2001:

**"Relatório Final – Petição n.º 3/IX/1.ª"**

*Junto remeto a V.Ex.ªs o Relatório Final referente à Petição n.º 3/IX/1.ª "Revisão do actual EMFAR", de vossa iniciativa, cujo parecer, aprovado por unanimidade na reunião da Comissão de Defesa Nacional efectuada no dia 09 de Julho de 2003, é o seguinte:*

*"1. Que se dê conhecimento do teor da petição a todos os grupos parlamentares.*

*2. Que a presente petição, por ser subscrita por mais de 4000 subscritores, seja remetida a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, para efeitos de agendamento da sua apreciação em Plenário, (...).*

*3. Que ao primeiro subscritor da petição seja dado conhecimento do presente relatório."*

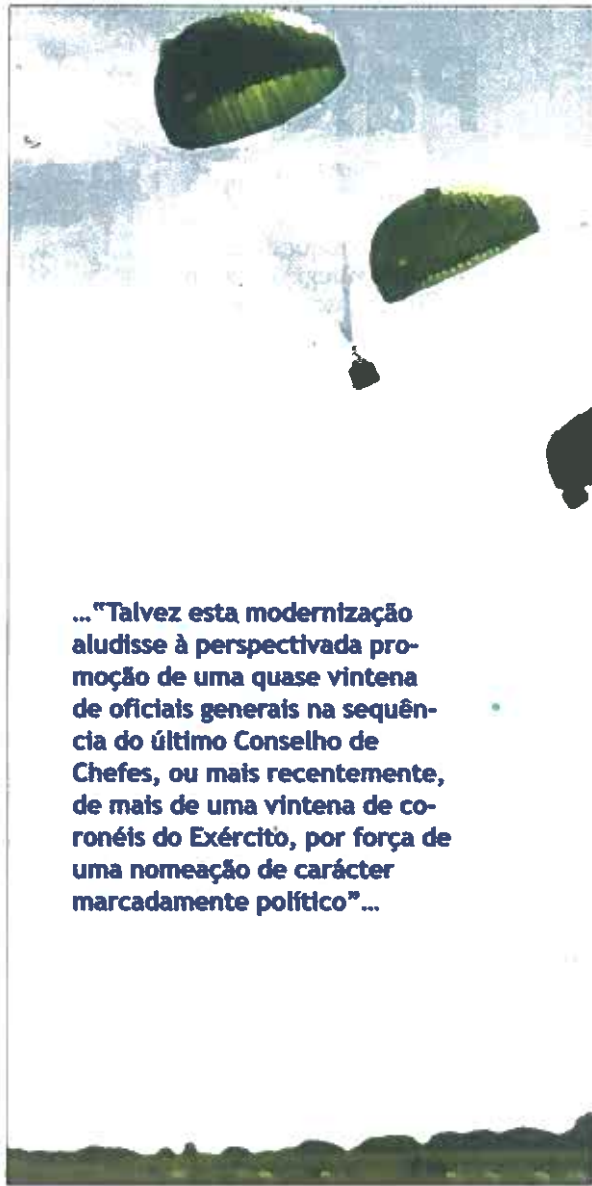
Esta é a realidade. Este é o ponto de situação relativamente à iniciativa da ANS com vista a introduzir alterações ao EMFAR, no sentido de criar mecanismos reguladores de carreira e ao desejável fluxo da mesma.

Complementarmente a esta iniciativa foi entregue no dia 18 de Julho de 2003, por uma delegação de dirigentes da ANS, no gabinete do MEDN, na pessoa do seu chefe de gabinete, uma compilação desta proposta, desta feita alicerçada em quase 3000 assinaturas exclusivamente de sargentos.

Sempre que a oportunidade surgiu, na circunstância de audiências ou outras reuniões de trabalho, foram entregues à tutela, MEDN e SEDAC, cópias destas propostas. Não será pois, por desconhecimento do conteúdo das mesmas, que não se aproveitou a oportunidade soberana, em 30 de Agosto, com a publicação em Diário da República, das alterações ao EMFAR, por meio do DL197-A/2003, para se introduzirem algumas alterações.

Assim tivesse havido vontade política! Assim se cumprisse o anteriormente prometido!

Este desinteresse, que roça o desrespeito, por profissionais que deram, e continuam a dar, o que de melhor têm em prol das Forças Armadas e do País é ofensivo, lesivo do bom ambiente familiar, e da tranquilidade e motivação nos locais de trabalho, e favorece os riscos potenciais de quebra da disciplina e rigor, características tão caras aos militares e aos Sargentos de Portugal em especial. ▲



**... "Talvez esta modernização aludisse à perspectivada promoção de uma quase vintena de oficiais gerais na sequência do último Conselho de Chefes, ou mais recentemente, de mais de uma vintena de coronéis do Exército, por força de uma nomeação de carácter marcadamente político"...**



ditada também, quanto à incipiente e às vezes tímida colaboração das Forças Armadas na prevenção e apoio logístico, mais do que no próprio combate, esse nitidamente da competência dos técnicos – os bombeiros – o que nos leva a questionar se também aí não se nota a ausência duma verdadeira coordenação a nível dos agentes da Protecção Civil, na qual as Forças Armadas estão igualmente englobadas.

**COMISSÃO PERMANENTE DE RAMO DO EXÉRCITO.** Voltando àquilo que nos traz preocupados, e atentos a tanta imobilidade, a Comissão Permanente de Ramo do Exército (CPR-EX) da ANS reuniu-se para fazer uma análise da situação actual e traçar linhas orientadoras para as acções a tomar até ao final deste ano.

Duma forma breve e sem ser preciso grandes reflexões, facilmente se chega à conclusão que, num ano dedicado às Carreiras, em que o próprio MDN se declarou empenhado em avançar nessa área, chegámos a dois terços do ano corrente sem que nada de significativo fosse levado a efeito pela tutela. Entre promessas e titubeantes arremedos de normas legislativas colaterais, mas não menos preocupantes, como é exemplo o projecto referente à questão do subsídio

atacar o problema dos sargentos com a seriedade que a situação exige.

Parece não preocupar os responsáveis o facto aberrante de se multiplicarem os casos de sargentos com quinze e mais anos de posto, totalmente estagnados nos primeiros postos duma carreira que acreditaram minimamente promissora. De sargentos que naturalmente ambicionam chegar perto do topo da carreira e que vêm os anos a passar sem que a vida que escolheram e a dedicação que nunca puseram em causa lhes preencha o vazio da frustração.

Os sargentos não compreendem o abandono a que vêm sendo votados e duvidam mesmo das intenções das entidades responsáveis, quanto ao interesse na manutenção da categoria de sargentos numa Forças Armadas progressivamente deterioradas e abastardadas por um espírito de competição que não se coaduna com o tradicional conceito de camaradagem castrense. O Governo parece obcecado pelo chamado profissionalismo das Forças Armadas, assente numa base contratual, muito mais ao jeito da flexibilidade, tão ao gosto das novas normas do código de trabalho, e relega para segundo plano os verdadeiros profissionais que julgará, talvez, obsoletos e excessivamente vinculados ao Estado.

Por tudo isto os sargentos estão preocupados e não vão deixar-se abater face à ineficácia da tutela. Os sargentos começam a perder a esperança no MDN mas não põem em causa a esperança e a força que em si próprios sentem e os vem fazendo mover, lutar e reagir, sempre que a gravidade das situações o exige.

**DAR RESPOSTA AO AUTISMO.** Nesta conformidade, e em sintonia com a análise da Direcção da ANS, os sargentos vão dar resposta ao autismo demonstrado pelo Ministério da Defesa e vão eles próprios debater a situação, procurar alternativas, estudar novas formas de exercer o seu direito à indignação, numa clara demonstração de que não aceitam situações de impasse e de imobilismo, quando o que está em causa é o seu futuro e o respeito pela sua própria carreira e progressão.

As reuniões que se vão iniciar, os debates que irão ter lugar, a mobilização a que se vai assistir, não irão certamente surpreender os responsáveis, se eles estiverem atentos, pois são eles próprios, graças à falta de resposta adequada, a causa primeira e motivadora desta reacção.

Os Sargentos de Portugal, esses sim, sempre souberam dar a resposta adequada, na justa medida daquilo que lhes é prometido e não cumprido. E não tem sido por falta de contributos, nem por ausência de diálogo e disponibilidade que, quem quer que seja, nos pode acusar de falta de cooperação.

Só não cooperamos no nosso próprio entorpecimento.

Queremos continuar vivos e a lutar! ▲

## A RESPOSTA DOS SARGENTOS É FIRME E DETERMINADA

**A**pós o tradicional período de férias que sempre leva a um abrandamento das actividades associativas, de acordo aliás com o calendário político-institucional, a ANS e as suas estruturas de ramo começaram a funcionar em pleno e não perdem tempo no retomar do anterior ritmo, dada a preocupação crescente que grassa entre os militares em geral e entre os sargentos, em particular.

Uma nota, apenas, para lamentar o Verão incendiado e ardido que tivemos e para nos solidarizarmos com todas as vítimas dos incêndios da nossa tradicional incúria para a prevenção e da descoordenação que tão bem nos caracteriza. Uma palavra, talvez, pudesse aqui ser

de residência e deslocamento, que praticamente se nega aos propósitos por que se deveria reger, consignados, aliás, no próprio EMFAR, quando estabelece para o militar o direito a residência condigna e transporte para o seu local de trabalho, tudo se processa num preocupante e atentatório silêncio, sem que a grave questão da estagnação das carreiras e da falta de perspectivas para os sargentos, mereça qualquer iniciativa governamental.

Assiste-se, por outro lado, a inexplicáveis promoções no topo da hierarquia, numa acção despudorada e demonstrativa dum clima de perfeita arbitrariedade que a todos surpreende, não se notando, todavia, a mais leve intenção de

# IASFA fez 211 anos

Em 18 de Junho teve lugar mais um "Dia do IASFA" - Instituto de Acção Social das Forças Armadas. A data foi assinalada com actividades desportivas, religiosas e com uma sessão solene no Centro de Apoio Social do Alfeite, conforme lemos no boletim informativo do IASFA.

Neste "Dia do IASFA" estiveram presentes várias entidades representativas do MDN, EMGFA e Ramos das Forças

Armadas e, contrariamente ao que era habitual, não foi enviado qualquer convite às associações sócio-profissionais representativas dos militares, o que pode ser entendido como um recuo, por parte do actual Conselho Directivo, no relacionamento de colaboração que até há algum tempo se tinha vindo a verificar, nomeadamente através da participação das associações nas reuniões do Conselho Consultivo, o que nos últimos tempos também não se tem verificado.

As associações de militares têm também um papel a desempenhar no aspecto social e podem dar contributos preciosos para o funcionamento do IASFA.

Pela nossa parte estaremos sempre disponíveis para colaborar com o IASFA, pois entendemos que, sendo este um organismo virado para as pessoas, tem que ter a participação de todos aqueles que no fundo são os seus beneficiários e simultaneamente seus contribuintes líquidos. ▲



## IASFA – A EXIGÊNCIA DE BEM SERVIR

Sempre temos vindo a dizer que é bom que todos os militares sintam o IASFA como uma instituição que a todos pertence. É bom que reflectamos sobre a sua constituição e nos lembremos que ele é uma obra de todos os militares, que para isso descontam, obrigatoriamente, desde há décadas, mesmo antes do seu actual figurino.

O IASFA, muito embora na dependência do MDN, tem origem num Cofre – o Cofre de Previdência das Forças Armadas (CPFA) – pertença dos sócios, sócios esses que eram todos os militares, que para tal sempre descontaram. Da sua fusão com os pretéritos Serviços Sociais das Forças Armadas (SSFA) surgiu o actual IASFA, numa operação nunca bem explicada, no que diz respeito aos direitos adquiridos pelos anteriores sócios do CPFA. É pacífico pois conceber que o actual IASFA assenta em grande parte nos contributos legados, ao longo de muitos anos, pelos militares anteriormente sócios do CPFA.

Tudo isto para dizermos que os militares são ainda, hoje em dia, os grandes financiadores desta obra e que portanto não a devem menosprezar e muito menos alhearem-se dum património que a todos pertence, por igual...

A ANS sempre mostrou algumas justificáveis reservas pela forma como esta instituição é gerida, num formato demasiado tutelado pelo próprio Ministério, sem que os seus contribuintes - os militares - tenham uma palavra a dizer, uma voz activa e uma presença efectiva nos seus órgãos dirigentes.

Durante um curto período, na anterior administração, houve ainda o cuidado, numa forma experimental e informal, de convidar as associações de militares – ASMIR, ANS, AOFA – a tomarem parte nas reuniões do seu Conselho Consultivo, o que de algum modo permitia uma certa representatividade do militar anónimo, coisa que, naturalmente não pode ser considerada relativamente aos administradores nomeados pela tutela, que não são mais do que representantes da mesma, nunca podendo assumir-se como representativos dos militares no seu conjunto, enquanto contribuintes.

Sabemos até, que num projecto de novos estatutos que esteve em preparação no MDN, esta presença das associações na estrutura administrativa do IASFA, chegou a ser encarada e mesmo proposta, como meio de proporcionar uma melhor representatividade dos militares num organismo que vive à custa dos seus próprios descontos.

Tanto quanto nos vimos apercebendo não tem sido essa a prática da actual administração e notamos até um inegável afastamento do seu presidente relativamente às associações, o que nos surpreende e em nada se justifica.

Continuamos, no entanto, a considerar que o IASFA é de todos os militares e

**"A ANS sempre mostrou algumas justificáveis reservas pela forma como esta instituição é gerida, num formato demasiado tutelado pelo próprio Ministério, sem que os seus contribuintes - os militares - tenham uma palavra a dizer, uma voz activa e uma presença efectiva nos seus órgãos dirigentes."**

que estes devem exigir que os serviços por ele prestado respeitem os seus direitos e a própria dignidade que lhes é devida.

Dentro deste espírito de exigência de sermos bem servidos por uma instituição que subsiste à custa dos nossos descontos, não podemos deixar de dar a conhecer, embora sumariamente, a verticalidade e o discernimento dum nosso camarada, Sargento-chefe, que no seguimento dum acção de divulgação feita pelo próprio presidente do IASFA, General Pires Mateus, no Campo Militar de Sta. Margarida, se decidiu a passar um pequeno período de repouso, com a sua família, no Centro de Apoio Social de Runa (CAS Runa).

Conta-nos ele, assim como o faz em carta endereçada ao Senhor Presidente do Conselho Directivo do IASFA, que, não obstante a primeira impressão, graças à majestosa aparência do edifício principal do CAS, logo esta foi substituída pelo desconsolo e pelo desapontamento, quando verificou o impróprio estado de limpeza do apartamento que lhe foi atribuído, num outro edifício anexo. A poeira acumulada, o desleixo e deficiências de fixação nos vidros das janelas, foram um primeiro sinal que lhe motivou desagrado. Na sequência da sua estadia, porém, outras situações vieram reforçar este sentimento.

A assumida ausência de um padrão mínimo de qualidade, no que respeita ao serviço de refeições, mostrou que, por exemplo, a falta de cuidado na apresentação das mesas aos comensais, levando a que estes tivessem de tomar as suas refeições, por diversas vezes, sem que estas fossem completamente refeitas após o uso por outros, assim como a forma pouco profissional e mesmo ética demonstrada por parte dos funcionários, quer na sua postura durante o serviço, quer na forma de se dirigirem aos hóspedes, que variava segundo padrões que, bom será não acreditar, tenham a ver com as patentes dos mesmos, tudo isto é prática corrente e não apenas acidentes de percurso.

Com efeito, é comum encontrar-se no âmbito dos serviços de apoio social aos militares, determinadas posturas do pessoal de serviço, que deixam muito a desejar no que respeita a educação, profissionalismo e sentido do bem servir. É recorrente a facilidade com que se des-

cai para um tratamento hierarquizado, diferenciado e discriminatório, consoante as categorias militares e dentro destas, as patentes de cada um, como se no âmbito social e familiar, os militares estivessem igualmente escalonados por postos e a cada um correspondesse um grau qualitativo de tratamento.

Este espírito classista que durante décadas foi deformando o pessoal em serviço nestes estabelecimentos sociais, para além de constituir um deficiente profissionalismo deste funcionários, não pode deixar de significar uma quase completa ausência de preocupação de bem servir e de sentido da responsabilidade, por parte dos responsáveis por este pessoal, sejam eles militares ou civis. Há-de ainda levar o seu tempo, até que estas pessoas se capacitem que, em termos de prestação de serviços, não há postos e as mordomias devem ser diluídas em nobreza e boas maneiras, extensíveis a todos, sejam eles de que patente forem.

Por tudo isto e porque consideramos

essencial que, cada vez mais saibamos assumir o nosso papel de utentes e consumidores exigentes, dentro dos padrões socialmente aceitáveis de prestação de serviços, louvamos a atitude tomada por este Sargento-chefe, ao endereçar esta informação ao presidente do Conselho Directivo do IASFA e gostaríamos, como é óbvio, de poder ter conhecimento da resposta que o Senhor General não deixará, certamente, de dar ao nosso camarada.

Exortamos igualmente todos os camaradas a saberem fazer respeitar os seus direitos e a cultivarem a dignidade que nos assiste, seguindo este exemplo de atitude, exigindo sempre, em todas as situações, que os serviços postos à disposição da família militar, sejam prestados com o máximo de correcção, de civilidade e de respeito, respeito esse que deve ter como preocupação única o sentido de bem servir e não a categoria ou patente do beneficiário. ▲

## "Vaga de promoções surpreende no Exército"

**Com este título, publicou o jornal PÚBLICO, na sua edição de 20 de Setembro, assinada pela jornalista Helena Pereira, a notícia de que reproduzimos a seguir extractos, a qual tem o seguinte sub-título: "Novo director-geral de Armamento promovido a coronel".**

A promoção a coronel do recém-nomeado director-geral do Armamento, tenente-coronel Fernando Serafino, que esteve na base de desentendimentos entre o ministro da Defesa e o anterior chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), Silva Viegas, que também por isso se demitiu, foi ontem confirmada no Exército.

Ao todo, foram promovidos 22 tenentes-coronéis, um número que surpreendeu aquele ramo, uma vez que nos últimos anos tem havido dificuldades nas promoções devido à falta de vagas em

aberto. Em alguns casos, alguns oficiais chegavam a ser graduados para desempenhar funções que exigiam uma patente superior, mas em que não havia vaga a preencher.

A promoção de Fernando Serafino foi uma das razões que levou à demissão de Silva Viegas no final de Julho. O ministro da Defesa escolheu este tenente-coronel, que desempenhava funções de porta-voz no Ministério, para o lugar de director-geral do Armamento, um cargo que tem sido ocupado por militares em final de carreira. Portas falou então com Silva Viegas para que promovesse a coronel o futuro director-geral, tendo num primeiro momento obtido o acordo do general. O problema é que Serafino tinha vários oficiais à sua frente na lista de promoções e o ramo opôs-se a esta promoção, para não criar problemas na hierarquia. Afinal, para ser desbloqueada a situação, o Exército obteve da parte do Ministério o acordo para que fossem feitas em simultâneo uma série de promoções.

De qualquer forma, todas as promoções têm que ser aprovadas em Conselho Superior de Defesa Nacional, presidido pelo Presidente da República, para entrarem em vigor. De acordo com o último anuário estatístico das Forças Armadas, em 2001 existiam 289 coronéis no Exército. ▲

"...O problema é que Serafino tinha vários oficiais à sua frente na lista de promoções e o ramo opôs-se a esta promoção, para não criar problemas na hierarquia. Afinal, para ser desbloqueada a situação, o Exército obteve da parte do Ministério o acordo para que fossem feitas em simultâneo uma série de promoções..."



## CONVÉNIO DE ÉVORA

# Associações de militares de Espanha e Portugal reuniram

Realizou-se mais uma das reuniões semestrais do Convénio de Évora das Associações de Militares de Espanha e Portugal. Desta vez o evento teve lugar na própria cidade de Évora, no passado dia 27 de Setembro, cidade que viu nascer este Convénio de cooperação entre as quatro associações portuguesas e espanholas – ANS, AOFA, IOFAS e AMARTE – e que tem por principais objectivos manter uma estreita colaboração e entre-ajuda entre as associações de militares dos dois países, viabilizar e contribuir para dar corpo à representação destas quatro entidades na Direcção da EUROMIL, por forma a possibilitar que a voz do sul da Europa esteja presente ao nível daquela instância da Organização Europeia das Associações de Militares e contribuir para uma melhor representatividade dos anseios, dificuldades e projectos dos militares portugueses e espanhóis junto às instituições europeias.

A reunião, que teve lugar na Messe de Oficiais de Évora, contou com representantes das quatro associações integrantes e desenrolou-se pouco mais de uma semana antes do Presidium da EUROMIL, que teve lugar em Helsínquia, nos dias 9, 10 e 11 de Outubro, possibilitando assim que fosse preparada a intervenção, quer das delegações das associações, quer do membro da Direcção da EUROMIL, TCor Alpedrinha Pires, da AOFA, que representa actualmente as quatro associações.

Para além dos assuntos de organização interna e de apreciação das contas anuais, tiveram lugar destacados, ao longo dos trabalhos, dois assuntos considerados de elevada importância. Por um lado, a exposição do ponto de situação da EUROMIL, feita pelo nosso representante da AOFA, que nos apresentou um exaustivo relatório das últimas actividades daquela organização, bem assim como das últimas decisões ao nível do seu Board (Direcção) e, por outro, a discussão à volta de propostas apresentadas pelas associações espanholas, tanto à adopção, no texto base do Convénio, da figura de "associação observadora" e "associação convidada". Quanto a este ponto, ficou decidido que os nossos camaradas espanhóis iriam proceder à adopção das duas propostas para o protocolo final poder vir a ser apreciado na reunião do Convénio.

Foi uma reunião longa e intensa que correu no clima calmo e silencioso do evento da Graça, onde está instalada a Messe de Oficiais de Évora, enquanto a cidade lá fora, vestida com o seu manto histórico de Património Mundial, viu um Sábado quente e sereno.

Houve ainda oportunidade para definir a estratégia das quatro associações no Presidium da EUROMIL. Neste ponto específico ficou acordado a apresentação duma Moção comum que tem a ver com a necessidade de se discutir internamente para uma melhor e completa definição do conceito de "Regiões". Podemos ter vantagens nesta figura, se bem se definirem os seus contornos, limites, objectivos e princípios.

Antes de se encerrarem os trabalhos e depois de marcada a próxima reunião do Convénio, a ter lugar em Lisboa, por ocasião da realização do Presidium de Março de 2004, na capital portuguesa, a ANS procedeu à oferta duma pequena homenagem às outras três associações, materializada numa reprodução em ce-

râmica do emblema da nossa associação, para assinalar esta reunião em Évora, cidade berço deste Convénio, que tem mantido estreitas e fortes relações entre o associativismo militar espanhol e português, num claro reconhecimento de que a união dos esforços, dos objectivos e das estratégias só ajudam a reforçar a conquista do direito de associação e representação dos militares, mesmo quando as condições parecem ser as mais ad-



versas e as conquistas impossíveis de atingir, como ainda é o caso na nossa vizinha Espanha.

A manutenção deste Convénio, é pois importante, pelo reforço que constitui para todos e pelo espírito de camaradagem que desenvolve entre militares de países vizinhos, às vezes tão afastados e desatentos ao que se passa aqui mesmo ao nosso lado. As fronteiras, cada vez menos devem significar barreiras e difi-

culdades de entendimento entre as pessoas e as diferenças, tanto quanto as semelhanças entre os povos, devem de ser aproveitadas, para ajudar a construir um mundo cada vez melhor e um novo conceito de cidadania europeia, que não abandonando a identidade de cada povo, consiga concatenar as valências de cada um para ajudar a ultrapassar as fraquezas que todos nós temos. É esse o espírito que gostamos de cultivar em todos os nossos contactos. ▲

## PRESIDIUM DA EUROMIL EM HELSINQUIA

Englobado nas actividades normais da EUROMIL, teve lugar nos dias 9, 10 e 11 de Outubro, o Presidium do Outono, desta vez em Helsínquia, na Finlândia.

São anfitriões deste 88.º Presidium, os nossos camaradas finlandeses do PÄÄLLYSTÖLIITTO, a Associação de Oficiais Subalternos da Finlândia. Fundada em 1929, por sugestão do próprio Chefe do Estado-Maior da Forças Armadas Finlandesas, como Associação de Sargentos, dedicava-se essencialmente a ajudar os militares mais modernos nas suas actividades estudantis e desportivas. Se bem que o direito da associação já estivesse consagrado desde 1917, as condições salariais, de alojamento e de educação eram fracas.

Foi só na década de 60 que foi alcançado o direito de negociação para salários e outros benefícios. Iniciou-se igualmente o desenvolvimento de um novo sistema de treino e ensino, tendo os militares conquistado o direito à greve na década de 70. Graças ao novo sistema de ensino, tornaram-se possíveis promoções a Oficial Subalterno. Passou assim a ser possível atingir o posto de capitão, após dois anos e meio de curso.

A Associação conta actualmente com

4200 membros e tem uma Direcção com 20 elementos, sendo que o presidente, o secretário-geral e dois negociadores trabalham a tempo inteiro. Têm ainda a colaboração de um secretário de imprensa e dois secretários, igualmente a tempo inteiro.

O sistema de negociação é bastante complicado mas exequível. O principal objectivo da PÄÄLLYSTÖLIITTO é tornar-se no futuro no maior sindicato das Forças de Defesa.

Negoceiam actualmente todo o sistema salarial para os Oficiais Subalternos, baseados no seguinte princípio – "Para maiores exigências de serviço, maior salário!" O acordo conseguido para os dois próximos anos reflecte-se num aumento salarial de 4,7%.

### A ANS PRESENTE NO 88.º PRESIDÍUM

Mais uma vez, como vem sendo hábito, a ANS esteve presente no Presidium da EUROMIL (no momento em que fechámos a redacção desta edição), representada pelo presidente e vice-presidente, respectivamente António Lima Coelho e Ernâni Balsa.

Seguindo uma estratégia já definida e igualmente apoiada em decisões tomadas no âmbito do "Convénio de Évora" das Associações de Militares de Portugal e Espanha, a nossa presença em mais esta reunião cimeira da EUROMIL tem como tônica o reforço de posições defendidas pelas associações do sul da Europa, nomeadamente o reforço da necessidade de reconhecimento, por parte dos governos Espanhol e Italiano, do direito dos militares à associação e defesa dos seus interesses sócio-profissionais.

Com efeito, se bem que em Portugal este seja já um direito adquirido, mas ainda dificilmente exercido e reticentemente reconhecido pelo poder, nomeadamente pela hierarquia militar, a situação em Espanha e na Itália assume contornos de grandes dificuldades, sentidas pelas respectivas associações, que se deparam, quer a nível governamental, quer a nível das chefias militares, com uma forte resistência, mesmo ao reconhecimento e muito menos à possibilidade de exercício dos direitos, por parte das associações representativas.

Neste contexto, considera a ANS de especial interesse, a possibilidade de utilização de um instrumento estatutário da EUROMIL – as Regiões – que poderia constituir um espaço de debate, acção concertada, pressão e entreajuda, essencial ao tratamento de situações como as do sul da Europa, que por questões de ordem tradicional e cultural, encaram ainda com grandes reservas o fenómeno do direito ao associativismo militar sócio-profissional e o direito à defesa dos seus interesses, por parte do pessoal militar.

Tendo como objectivo explorar todos os mecanismos possíveis, dentro da EUROMIL, que possam contribuir para um nivelamento positivo das condições de exercício dos direitos fundamentais por parte dos militares, a ANS, em conjugação com as outras associações membro do Convénio de Évora, vai promover, através de uma moção a apresentar ao Presidium, o esclarecimento dos princípios de funcionamento do conceito de "Regiões" e o alcance deste instrumento, em benefício de associações que, por via de condições geo-políticas especialmente adversas, não consigam fazer valer os seus direitos e caminhar para uma representatividade perfeitamente assumida.

A ANS defende que todos os mecanismos existentes na EUROMIL devem ser postos ao serviço das associações ainda com dificuldade de afirmação e por isso irá bater-se por um total esclarecimento nesta matéria, por forma a conseguir que o todo que é a EUROMIL nunca desista de se bater pelos seus associados, com todos os meios possíveis. Este é um assunto a que voltaremos, aqui no nosso jornal, com informação sobre o que se debateu e aprovou neste Presidium. ▲

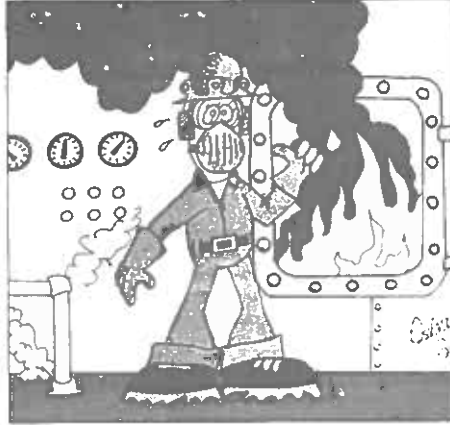
# HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A EUROMIL tem dado uma importância crescente às questões de higiene e segurança no trabalho. Hoje vamos falar de uma iniciativa realizada há um ano atrás, mas que mantém grande actualidade. Trata-se do 6.º Seminário Internacional sobre Higiene e Segurança no Trabalho para o Pessoal Militar em Forças Europeias, com o tema "A Importância do Diálogo Social", que decorreu de 8 a 10 de Novembro de 2002, em Copenhaga, Dinamarca.

Este seminário, que teve o apoio da Comissão Europeia, contou com a presença de mais de 60 participantes em que se incluíam especialistas civis e militares em Higiene e Segurança no Trabalho, de vários países da Europa, especialistas de instituições Europeias e organizações especializadas como o European Trade Union Bureau assim como representantes das associações de militares, das Forças Armadas e de vários organismos governamentais, nomeadamente do Parlamento Europeu. A ANS fez-se representar pelo presidente da Direcção, Lima Coelho.

O objectivo do seminário foi o de observar o estado dos procedimentos de higiene e segurança aplicados nas Forças Armadas na Europa, a implementação das respectivas directivas da União Europeia e os problemas específicos com os quais o pessoal militar é confrontado.

Os assuntos discutidos tiveram em conta a Directiva-Quadro 89/391/EC e a Estratégia Comunitária para a Higiene e Segurança no Trabalho 2002-2006 (COM



/2002/118), as quais constituíram o enquadramento de referência para a discussão em todos os grupos de trabalho.

A observação mais importante dos grupos de trabalho é a de que os princípios mínimos de segurança definidos pela Directiva-Quadro 89/391/EC estão longe de ser implementados em todas as Forças Armadas da Europa.

A implementação da legislação da União Europeia (UE) (Directiva-Quadro 89/391/EC e directivas desta derivantes) e a aplicação dos princípios mínimos no local de trabalho difere muito entre os vários países europeus. A transposição da legislação da UE não é um facto em todos os Estados membros e nem sempre uma garantia da correcta implementação nos locais de trabalho. No entanto, onde a directiva foi implementada correctamente, isso conduziu a melhorias significativas nas condições de trabalho.

Embora os peritos legais tenham concordado que o artigo 2.2 não permite uma exclusão geral do pessoal militar do alcance desta directiva em que os militares são definidos como trabalhadores nesse sentido, muitos países continuam a ter tendência para interpretar o respectivo artigo de uma forma restritiva. Como consequência deste facto a transposição da legislação Europeia permanece em falta ou é aplicada de forma incompleta.

Da discussão em torno dos vários temas resultaram as seguintes recomendações:

1. A Directiva-Quadro 89/391/EC necessita de ser implementada nas Forças Armadas dos países da União Europeia. As excepções previstas no artigo II da Directiva devem ser interpretadas de uma forma restritiva. Exclusões gerais da Directiva não são aceitáveis.

2. Um dos mais importantes pré-requisitos desta proposta é a existência de corpos representativos e diálogo social para o pessoal militar. O reconhecimento deste direito fundamental para o pessoal militar é uma necessidade absoluta.

3. O treino nas matérias de higiene e segurança no trabalho deve ser melhorado.

4. Existe uma clara necessidade da criação de uma plataforma de comunicação/informação nas matérias de higiene e segurança para o pessoal militar a nível europeu. Foram feitas sugestões para criar um "livro negro" sobre a situação da higiene e segurança no trabalho nas Forças Armadas da Europa.

5. Melhoria das estruturas de consul-

ta e participação para os corpos representativos dos trabalhadores a nível nacional e europeu (EUROMIL).

6. Selecção cuidadosa do pessoal, ser do necessário boa preparação e treino. Deve ser dada atenção à qualidade de comando, moral e coesão durante a missão, uma vez que é de importante significado para o bem-estar psicológico de militares. É recomendado um intervalo de pelo menos 6 meses antes de novo destacamento para uma recuperação completa.

7. Melhores cuidados e uma plataforma de informação para os veteranos nível europeu.

Do ponto de vista da EUROMIL o seminário atingiu os seus objectivos. Reuniu uma vasta gama de informações, vários níveis (nacional e europeu) e conhecimentos (militares, políticos, sindicatos) que permitiu a discussão do assunto de pontos de vista e ângulos muito diferenciados. Esta situação conduziu a visões muito interessantes.

Os participantes também ficaram com uma melhor visão sobre quem são os responsáveis sobre esta matéria a nível europeu.

O seminário permitiu ainda a intensificação da troca de informação entre EUROMIL e outros parceiros. Especialmente os contactos com a Comissão Europeia no aspecto da higiene e segurança saíram reforçados. A EUROMIL continuará a dar seguimento aos contactos e resultados do seminário nos meses que se seguem.

O documento pode ser consultado integralmente em [www.ans.pt](http://www.ans.pt). ▲

**totta**



**Crédito Predial**  
Português



**Banco**  
**Santander**

## Conheça as vantagens associadas ao Protocolo celebrado com o Grupo Totta

### Super Conta de Depósitos à Ordem

- Concessão de uma Linha de Crédito Automático que lhe permite antecipar o seu ordenado, com uma taxa muito favorável
- Remuneração da conta em função do saldo
- Isenção de Despesas de Manutenção de Conta
- Domiciliação gratuita dos Pagamentos Periódicos, com possibilidade de transferir o pagamento da água, electricidade, telefone, etc., de outro Banco sem qualquer incómodo, bastando para tal fornecer fotocópia da última factura
- Oferta da comissão de emissão da primeira Caderneta de Cheques
- Isenção das primeiras anuidades dos Cartões de Débito e Crédito

### Crédito Habitação

Especialista em habitação, o Grupo Totta conhece bem as suas necessidades de financiamento, podendo portanto proporcionar-lhe as condições mais vantajosas.

- Redução de 0,5 pontos percentuais à tabela de spreads a acrescer à Euribor, com um mínimo de acordo com o preçário em vigor
- Isenção da Comissão de Dossier
- Redução de 50% na Comissão de Avaliação.
- Prazo Máximo de 50 anos. A idade dos proponentes no final do empréstimo pode atingir os 75 anos.

### Crédito Pessoal

Para os seus novos projectos, o Grupo Totta criou um Crédito Pessoal que se adapta às suas necessidades.

- Acesso a uma linha de crédito para qualquer fim, com redução de 2 pontos percentuais às taxas em vigor
- Redução de 50% na Comissão de Abertura de Dossier
- Bonificações adicionais acumuladas, em função da adesão a outros produtos do Banco (taxa mínima: Euribor de 6 meses acrescida de 4%)

### Outras Vantagens

Soluções para um conjunto alargado de produtos e serviços

- Acesso a vasto leque de aplicações financeiras, com condições preferenciais (0,35% de bonificação em Depósitos a Prazo e Poupanças)
- Soluções para crédito automóvel, em regime de ALD, com spread preferencial (máximo de 2,5% indexados a Euribor)
- Isenção da primeira comissão de custódia de títulos

☛ Poderá obter esclarecimentos adicionais e analisar o seu caso junto de um balcão do Grupo Totta.

## Notícias do MOVIMENTO ASSOCIATIVO

## CSFA celebrou 17.º aniversário

O Clube dos Sargentos da Força Aérea celebrou o seu 17.º aniversário, no passado dia 13 de Julho, com a realização de um almoço comemorativo, em Lisboa, o qual contou com a presença de largas dezenas de associados e seus familiares, assim como, vários convidados, representantes do Poder Local, do Movimento Associativo e da Força Aérea Portuguesa.

gentos, com consequências directas no espírito de corpo e camaradagem, características que são essenciais em organizações militares.

Também aqui a FAP poderia e deveria dar um apoio mais significativo, tal como o faz, e bem, em relação outras associações como por exemplo, a Associação da Força Aérea Portuguesa (AFAP) e a Associação de Especialistas.



Mais uma vez se notou a ausência dos Sargentos da FAP no activo, aos quais daqui lançamos o apelo para se associarem e participarem na vida deste Clube que se quer cada vez mais forte.

A este afastamento entre os Sargentos no activo e o CSFA, não é alheio o facto de nas próprias unidades da FAP, por dificuldades relacionadas com a falta de pessoal provocado pela extinção do SMO, os clubes terem deixado de constituir um ponto de encontro para os Sar-

A Direcção do Clube continua a enviar esforços para encontrar o espaço para a nova Sede Social, facto em relação ao qual aguarda novos desenvolvimentos por parte da Câmara Municipal de Lisboa.

A ANS felicita o CSFA por mais este aniversário e deixa uma palavra de encorajamento para que a Direcção e os associados continuem, com sucesso, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, sempre "Unidos na Terra e no Ar"!!! ▲

## CPA comemorou 20.º aniversário



FUNDADO EM 16-8-1983

O Clube de Praças da Armada - CPA comemorou, no passado dia 16 de Agosto, o seu 20.º aniversário, assinalando a data com um "Porto de Honra" realizado na sua Sede Social, cerimónia na

qual a ANS se fez representar pelo vice-presidente da Direcção, José Pereira.

qual a ANS se fez representar pelo vice-presidente da Direcção, José Pereira.

O CPA, Instituição de Utilidade Pública, atravessa uma fase de grande desenvolvimento, com resultados notáveis a nível desportivo nas suas várias secções de Pesca, Tiro ao Alvo, Atletis-

mo, Montanhismo e Campismo, com uma participação acentuada dos seus associados e familiares, o que constitui um dinamismo associativo digno de realce e a ser tomado como exemplo.

Este crescimento já se torna incompatível com as actuais instalações e teria sido muito bom que se pudesse ter anunciado neste aniversário a criação da tão aguardada nova Sede Social. No entanto, tal não foi ainda possível pois se aguarda uma resposta da Câmara Municipal de Almada.

A ANS deseja as maiores felicidades ao CPA, sua Direcção e associados e faz votos para que os seus objectivos, nomeadamente a construção da nova sede, sejam rapidamente alcançados.

Informação sobre o CPA, disponível em: [www.clubepracasarmada.pt](http://www.clubepracasarmada.pt). ▲

Rapidinhas!  
Camarada, sabias que:

♦ O nosso Governo continua, desde Agosto de 2000, a não pagar o complemento de pensão aos militares que se encontram na situação de reforma, não cumprindo uma Lei da Assembleia da República aprovada por unanimidade?

♦ O IASFA, em Setembro passado, aumentou entre 47% e 74% as mensalidades das suas creches sociais, e o valor da mensalidade mínima aumentou 180%?

♦ No passado mês de Setembro foram promovidos 17 Oficiais Gerais nas Forças Armadas, e que no Exército foram promovidos 22 Coronéis, independentemente de terem ou não vaga no quadro?

♦ Os subscritores do Fundo de Pensões dos CTT foram integrados na Caixa Geral de Aposentações (CGA), e com eles transitou um défice de 450 milhões de Euros do referido Fundo para a CGA?

♦ O Decreto-Lei N.º 202/93 que regulamenta os quadros orgânicos dos Ramos das Forças Armadas deveria, nos termos da lei, ter sido revisto em 1998 e como tal está caducado há quase 6 anos?

♦ A alteração às nossas reformas, introduzidas no último Orçamento do Estado, foram consideradas inconstitucionais, mas o acórdão do Tribunal Constitucional tarda em ser publicado no Diário da República, prejudicando todos os militares que transitaram para a situação de Reforma este ano? ▲

## ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

## Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda., para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o desconto de 30%.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

■ **Entroncamento**, Zona Industrial — Telef. 249 720 059

■ **Lagoa** (Algarve) — Rua Mouzinho de Albuquerque, 3

■ **Vila Nova de Gaia** — Rua Cons. Velloso da Cruz, 81. ●

## Caravanas

Protocolo com o Stand Monte Carlo, da Motril, Lda, para a venda de caravanas e autocaravanas, acessórios e material de reposição. Descontos a sócios da ANS de 4% em caravanas; 3% em autocaravanas; 10% em material de reposição; 10% em acessórios. Facilidades de pagamento até 60 meses.

OBS.: Os descontos só são válidos fora de "Campanhas", "Promoções" ou "Feiras".

■ Sede e vendas: Rua Sacadura Cabral, 131 S. Pedro do Estoril - Tel: 214 671 765.

■ Exposição e vendas: Estrada Estoril/Sintra (junto ao Autódromo). ●

## Pneus, peças e acessórios

Protocolos da ANS com:

■ **GraciAuto**, para a venda de peças e acessórios para automóveis, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de 30%, excepto extras e material de origem.

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30 A  
Tel: 249 725 649.

■ **Entroncamento** ●

■ **Sulpneus**, com grandes descontos na venda de pneus e prestação de serviços (alinhamento de direcção, montagem de escapes, discos e amortecedores, focagem de faróis, equilibragem de rodas, pré-inspecção).

Rua Álvaro Ferreira Alves, 7 - Zona Industrial de Sta Marta do Pinhal - Corroios  
Tels.: 21 254 39 36 / 21 254 38 84 ●

## Combustíveis CEPESA

Protocolo com a CEPESA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de 0,03 € por litro de qualquer combustível é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "Cepsa Team". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de 20% em lu-

brificantes, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPESA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "Proposta de Adesão" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPESA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à ANS. ●

## Medicina dentária

Protocolos com:

■ **Lubidente - Centro Médico e Dentário**, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias e Ortodôncia.

Rua Prof. Noronha Feio, 12 A Queijas  
Tel. 214 160 672 / 919 469 529

■ **Clínica Dentária dr. Rosário Saramago**, com descontos de 15% nos tratamentos, a sócios e familiares.

Rua Proj. à Miguel Bombarda, 5 - loja 3 (junto ao Centro de Saúde)

■ **Entroncamento**  
Tel. 249 725 767 ●

## Aluguer de viaturas

Na National (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretária da ANS para efectuarem o seu pedido.

Localização: Albufeira, Portimão, Faro, Monte Gordo, Lagos, Vilamoura, Porto, Lisboa, Cascais, Leiria, Castelo Branco, Braga, Évora, Ílhavo, Madeira e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal. ●

## Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo com a firma "O Acorde, Lda.", na Rua do Frago, 4, em Évora, que pratica um desconto de 15%+5% nas vendas a pronto a sócios da ANS. Um dos aspectos interessantes é o facto desta firma ter uma loja virtual na internet:

[www.portugal@shopping.pt/acorde](http://www.portugal@shopping.pt/acorde) onde os artigos expostos têm já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 5% de desconto. ●

Informa-te sobre estes protocolos junto da ANS. ▲

# Correcção da injustiça quanto ao regime de férias

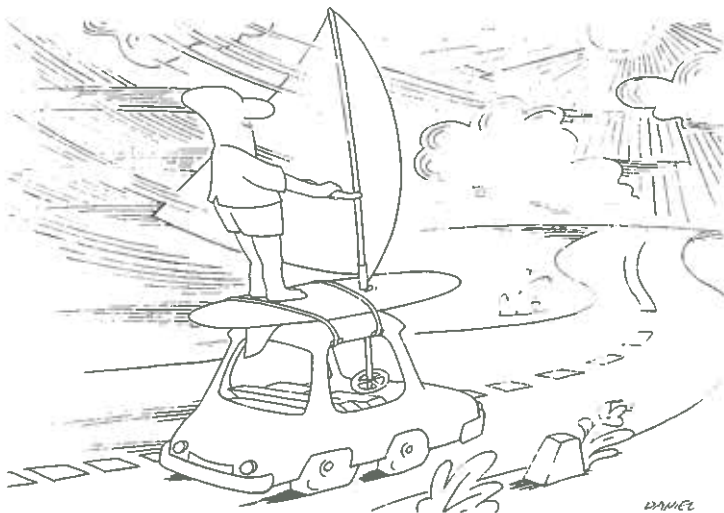
No último número do jornal "O Sargento" noticiámos a queixa que a ANS apresentou na Provedoria de Justiça, contra o Ministério da Defesa Nacional por omissão legislativa quanto ao regime de férias dos militares das Forças Armadas, ferindo princípios de igualdade e de constitucionalidade.

Desta queixa resultou a abertura de um processo por parte da Provedoria de Justiça, que por sua vez, motivou uma resposta por parte do gabinete do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes. Nesta resposta argumentou-se com a aprovação em Conselho de Ministros das alterações ao EMFAR, aguardando-se apenas a sua publicação.

Finalmente, com a publicação do DL n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, foi corrigida a injustiça

que desde o final do ano 2000 vinha sendo denunciada pela ANS, pelo tratamento diferenciado que causava em cidadãos iguais. Em consequência desta publicação foi arquivado o processo originado pela queixa da ANS.

Tanto tempo e tantos esforços para corrigir algo que desde cedo se via ser da mais elementar justiça reparar. ▲



## ACTUAL SITUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

### ANS participou em debate na NTV

Teve lugar na NTV (canal de televisão por cabo), nos estúdios do Monte da Virgem, em Gaia, no dia 1 de Agosto, um debate, com a duração de duas horas, sobre temas de cariz militar.

Este debate, integrado no programa "Pontos de Vista", moderado pela jornalista Sandra Sousa teria como primeiro objectivo analisar e debater a actual situação das Forças Armadas. Estiveram no estúdio o presidente da Direcção da ANS, Lima Coelho, o presidente do Conselho Nacional da AOFA, Alpedrinha Pires e o Cor. David Martelo, especialista em assuntos militares. A partir dos estúdios de Lisboa também participou no debate, com um tempo de antena invejável, diga-se em abono da verdade, o ex-CEMA Alm Vieira Matias.

A demissão do ex-CEME, Gen Silva Viegas, os acontecimentos que se lhe sucederam, e a nomeação do actual CEME, Gen Valença Pinto, dominaram incontornavelmente a primeira hora do programa. Se este facto condicionou fortemente o espaço deixado para discutir e debater as questões que prioritariamente nos levaram àqueles estúdios, não é menos verdade que a ausência de um legítimo representante do MDN limitou o alcance das intervenções e uma discussão mais aprofundada sobre determinadas matérias.

Não deixamos, porém, de aproveitar este ensejo, para abordar algumas das matérias que mais nos preocupam. Procurámos clarificar e desmentir publicamente e de viva voz algumas mentiras que por tanto serem ditas ainda um dia alguém acredita que se tratam de verdades. E não deixámos de aproveitar a oportunidade para cumprir aquilo que os sargentos esperam da sua associação representativa: tratar com dignidade e elevação a "coisa" de se ser Sargento das Forças Armadas Portuguesas.

Julgamos que, apesar dos condicionalismos, prevaleceu também naquele espaço e naquela antena, a razão que assiste aos sargentos. ▲

## Plano ANS de Seguros

A ANS celebrou com um corretor especializado em seguros individuais e familiares, um protocolo de prestações de serviços, englobando um conjunto de produtos do ramo segurador, a **preços significativamente baixos e exclusivamente** para Sargentos sócios desta Associação.

Eis alguns exemplos da gama de produtos disponíveis:

- ✓ **AUTOMÓVEL** (Responsabilidade Civil, incluindo Assistência em Viagem, Ocupantes de Viatura e Protecção Jurídica)
  - ☛ Preços a partir de 135 euros/viatura
- ✓ **MUTI-RISCOS/HABITAÇÃO** (vários riscos numa só apólice)
  - ☛ Paredes 2.90 euros/5.000 euros)
  - ☛ Recheio (5.19 euros/5.000 euros)
- ✓ **ACIDENTES DE TRABALHO** (empregada doméstica – trabalho à hora)
  - ☛ Preços a partir de 7.10 euros por cada 500 euros
- ✓ **SEGURO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS** (doença/acidente)
  - ☛ Preços a partir de 37.31 euros/ano
- ✓ **VIDA** (exclusivo para sócios da ANS, **incluindo missões no estrangeiro**)
  - ☛ Coberturas: Morte, Invalidez Total e Permanente

### Exemplos:

Capital seguro: 5.000 euros Função: Adm/Operacional-Risco Standard  
 Militar (idade): 30 anos  
 Custo/Total/Mês: Portugal e Países da EU → 1.15 euros/mês  
 Comissões fora UE (Kosovo, Timor, etc) → + 0,83 euros/mês

### CONTACTA:

Sede da ANS: ☎ 21 815 49 66 / Fax: 21 815 49 58.

Paga menos pelos teus seguros aderindo ao Plano da ANS

Para mais informações, recortar e enviar para a ANS, Rua Barão de Sabrosa, 57 - 2º 1900-088 Lisboa

Nome: \_\_\_\_\_ Nº sócio \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Telefones p/contacto: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

✓ ou, consultar os Delegados da ANS ou a sua sede, pelo telefone 218 154 966 ou fax 218 154 958

✓ ou, através do Serviço do Corretor, pelos telefones 214 351 154 e 214 358 271 ou fax 214 363 214

✓ ou pelo e.mail: declaseguros@clix.pt

## CEME Gen. Valença Pinto



O General Luís Vasco Valença Pinto foi nomeado CEME, tendo assumido o cargo em 6 de Agosto de 2003, na sequência da demissão do ex-CEME, Gen Silva Viegas.

Engenheiro Militar de formação, o General Valença Pinto, que tem 57 anos de idade e 39 de serviço, entre as muitas funções desempenhadas ao longo da sua carreira foi Conselheiro Militar na Delegação Portuguesa junto da NATO e junto da UEO, tendo igualmente sido por diversas vezes nomeado para Representante Nacional em Grupos e Comissões, no âmbito da NATO, da UEO, do Eurogrupo, e da Cooperação Política Europeia.

Desempenhou também as funções de Representante Militar Nacional junto do SHAPE (Quartel General do Supremo Comando Aliado na Europa) em Mons, Bélgica e foi ainda Quartel Mestre-General (Comandante da Logística do Exército) até à sua nomeação para CEME. ▲

## A Fechar

### Projecto de Constituição Europeia em debate

O Clube de Sargentos da Armada (CSA) leva a efeito, no dia 6 de Novembro, pelas 21 horas, um oportuno debate/colóquio sobre o projecto de Constituição Europeia.

A iniciativa decorre na Delegação do Feijó do CSA (Pr. Clube de Sargentos da Armada), e tem como convidados

os deputados europeus Pacheco Pereira, Maria Carrilho, Ilda Figueiredo e Luís Queirós.

Uma oportunidade para se ficar a saber algo que até agora tem andado pelos gabinetes, que oportunidade ou ameaça para a soberania nacional, benéficos ou dependências? ▲